



DL-01

Ses. Esp. 31/05/12

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Bom-dia, senhoras e senhores.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão ordinária.

Como todos sabem, às quintas-feiras, pela manhã, há sessão ordinária nesta Casa, e as tardes de quintas-feiras são reservadas às sessões especiais.

Mas, num acordo de Lideranças, transformamos esta sessão ordinária em especial tendo em vista a relevância do tema: a comemoração do Dia dos Assistentes Sociais, que aconteceu no dia 15 passado, como todos sabem aqui. E mais do isso, para promover um debate importante sobre o serviço social na escola.

Vamos compor a Mesa.

Gostaria de convidar para compor a Mesa meu colega, meu companheiro, deputado Rogério Andrade; a Sr^a Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, nossa companheira Dr^a Maria Morais de Carvalho Mota, mais conhecida como Mara, que aqui representa o Exm^o Sr. Governador Jaques Wagner; a diretora geral da Fundação da Criança e do Adolescente - Fundac, nossa companheira Ariselma Pereira Pereira; a superintendente de Acompanhamento e Avaliação de Sistema Educacional da Secretaria Estadual da Educação, professora Eni Bastos; a Sr^a Representante do Conselho Federal de Serviço Social, companheira Eleni Ávila; a representante do Conselho Estadual de Serviço Social, nossa companheira Adriana Nascimento; nossa companheira, coordenadora do GT - Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação, professora Marcela Silva; representando todos os secretários de Ação e Desenvolvimento Social dos municípios, o secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Serrinha, companheiro Antônio Luiz Santos Sena, Luizinho; o representante do Conselho Estadual de Assistência Social e do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Edmundo Ribeiro Kroger.

Edmundo foi o deputado, podemos dizer assim, mais atuante desta Casa nesta semana, defendendo o secretário e querendo que votemos o mais rapidamente possível a nova lei que regulamenta o Conselho Estadual da Criança.



Convido para compor a Mesa a coordenadora do Núcleo de Organização Popular - NOP, Jéssica Sinai; a representante dos estudantes de Serviço Social e membro da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, Simone Oliveira Lacerda.

Passo a presidência ao deputado Rogério Andrade e farei o meu pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Bom-dia a todos e a todas!

Antes do pronunciamento do nobre deputado Yulo Oiticica, gostaria de convocar a apresentação e a animação percussiva do grupo Batucase, Jovens Educandos da Fundac. (Palmas)

(Procede-se à apresentação musical do referido grupo.)



3490-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or. Yulo Oiticica

Homenagem aos assistentes sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria, mais uma vez, de parabenizar os jovens educandos da Fundac.

Com a palavra, pelo tempo que julgar necessário, o grande deputado estadual Yulo Oiticica que muito representa o nosso Estado. (Palmas)

O Sr. YULO OITICICA:- Bom dia a todos e a todas. O dia não poderia começar melhor com o mestre Roque e a turma da Batucase, esses jovens talentosos, cantando a música de Edson Gomes. Na minha vida, diretora, tudo é amor! Ouvir desses meninos essa frase de Edson, para nós deve ser muito forte. Não tenho dúvida de que Taís e as assistentes sociais respondem com a música de Magary Lord, que fez sucesso na voz de Saulo Fernandes, dizendo: “Se tem alguém que te quer bem, esse alguém sou eu.” Assim, a gente circula junto essa luta em defesa da assistência social em nosso Brasil.

Quero saudar o nosso companheiro Rogério Andrade, nosso deputado que está, aqui, presente conosco nesta sessão. É difícil encontrar deputados na quinta-feira de manhã, em que pese haja sessão ordinária, porque as agendas são intensas. Temos sessões ordinárias segundas, terças, quartas e quintas-feiras, depois pegamos a estrada e ainda tem o corre-corre do final de semana. Não é fácil! Quero agradecer a presença do deputado Rogério Andrade.

Quero agradecer e registrar a presença do nosso ex-secretário da Sedes, deputado desta Casa, nosso querido Carlos Brasileiro. (Palmas) Quero informar que o deputado Carlos Brasileiro assume, neste momento, dentre tantas ações, a relatoria, Edmundo, do projeto que institui a Nova Lei do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Sabemos que essa é uma luta de décadas. O Conselho ainda tem resquícios da Ditadura Militar, portanto é fundamental a aprovação dessa Nova Lei.

Na última Conferência da Criança e do Adolescente, o governador do Estado Jaques Wagner tomou conhecimento disso e assumiu o compromisso de mandar um projeto a esta Casa, e o fez. Ele mandou a esta Casa o projeto, e nós esperamos, quem sabe numa força



tarefa, aprovar esse projeto antes da Conferência Estadual, para que o governador possa sancioná-lo, secretária, lá no dia da Conferência.

Esse é um apelo que também fazemos nesta sessão especial a todos os deputados e deputadas desta Casa. Não tenham dúvida de que de mim, do deputado Carlos Brasileiro e do deputado Rogério Andrade vocês terão todo o sacrifício para que possamos articular a Bancada de Governo e a Bancada de Oposição, porque nós entendemos que essa não é uma luta apenas do governo, essa é uma luta para implementar política de Estado, portanto a participação de todos é fundamental.

Já tive a oportunidade de saudar toda a Mesa quando os convidei, mas quero registrar o prazer de ter essa Mesa tão significativa, tão representativa nesta sessão, tendo em vista o seu objetivo. Nós estamos, hoje, aqui, em que pese 15 dias de atraso, comemorando o Dia da Assistente Social.

Quero saudar o meu companheiro Valdomiro, que é assistente social. Raro, não é? É raro haver homens na profissão, não é, Carol? Ele é assistente social e nosso assessor na Frente Parlamentar. Por mais que haja a exigência da nomenclatura ou do rigor da tradicional cultura machista do nosso País de falar o assistente social, é difícil no universo dos profissionais do serviço social falar “o”. É muito difícil! Portanto, é inevitável falar as assistentes sociais, que comemoraram no último 15 o seu dia.

Nós sabemos que, diante de todas as organizações, acabamos tendo uma agenda muito intensa, muitas atividades. Além das atividades de cada um, Carol, Taís, a nossa querida assistente social que esteve conosco fazendo um debate importante, aqui, na Casa, sobre a questão do combate ao trabalho escravo... Uma semana depois, a professora Eni também nos dois debates, discutindo a questão do combate à prostituição infantil, de modo bem especial nas estradas da nossa Bahia. Portanto, são muitas atividades, e a gente acaba buscando uma data que possa conciliar essas agendas.

Quero agradecer a presença da nossa secretária Mara Morais, que tem feito um trabalho importante à frente daquela Secretaria. Ela está no governo Wagner desde o início, administrando uma das secretarias mais difíceis, a Casa Civil, depois ela saiu para ser chefe de gabinete de Carlos Brasileiro, e agora está na Secretaria com sua vasta experiência,



dedicação e compromisso. É inevitável nas suas intervenções, secretária, não só perceber a profundidade do seu conhecimento, mas também a sensibilidade na causa, na entrega da luta para garantir direitos sociais em nossa Bahia.

Mas, o inevitável, queremos também neste momento, por isso tantos estudantes e segmentos organizados da classe, companheira Eleni, que nos orgulha hoje à frente do Conselho Federal, é importante ter essa baiana guerreira por tanto tempo nessa instituição nacional tão importante na luta pela garantia dos direitos, as 30 horas, a redução de jornada de trabalho sem obviamente nenhum tipo de perda salarial, a necessidade de fazer este debate em nível nacional.

A nossa companheira Marcela, esta guerreira incansável na liderança do GT, andando por todos cantos, não só da Bahia, porque acabou virando uma referência nacional, e por isso tem feito um debate não só no nosso Estado. É este, certamente, o debate central que as escolas de serviço social no Brasil inteiro, o Congresso, a Assembleia Legislativa, os GTs que foram constituídos no Brasil inteiro têm feito um debate inclusive na Câmara.

É importante dizer que esse projeto que insere o serviço social nas escolas está sendo debatido também no Congresso. No mês passado, no dia 18 de abril, foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e agora já chegou e já foi designado o relator na Comissão de Educação, na Câmara Federal, e esperamos acelerar esse processo. Eleni já estava colocando a informação que também estamos fazendo um debate a partir do Conselho Federal da questão do combate às drogas e dos direitos humanos. Portanto, nacionalizar esse debate é fundamental, nós vimos a importância disso na última conferência nacional, a importância da caravana, da ida ao Congresso na busca da aprovação da redução da jornada de trabalho para 30 horas, e vimos o quanto aquilo foi importante.

Portanto essa articulação nacional é fundamental que se dê, infelizmente, porque acho que a burocracia brasileira é muito grande, nós vivemos um presidencialismo bicameral, duas Casas legislativas, então passa pelo rito lento da Câmara, vai para o Senado, volta para a Câmara para depois ir a Plenário para aprovação e ser sancionado pela nossa presidenta. Esperamos que isso aconteça lá e também aqui. Há o projeto aqui na Casa,



apresentamos esse projeto numa iniciativa naturalmente articulada e tenho reiterado todas vezes que tenho oportunidade.

Não sou assistente social, que pese ter uma professora de serviço social em casa, que é a nossa companheira Selma que todos conhecem. Sou um aluno razoável e ela também não tem problema, Hildete, de puxar a orelha quando não tiro 10. Eu me esforço, mas é fundamental para nós essa articulação, para que a Casa faça o debate que outrora era feito por muito poucos, que era a importância, deputado Carlos Brasileiro, do serviço social na Educação. V.Ex^a que foi prefeito por duas vezes, não foi um prefeito que simplesmente fez uma boa gestão, porque fazer uma boa gestão é difícil, mas reeleger o seu projeto é muito difícil. V.Ex^a foi eleito, reeleito e elegeu o seu sucessor, portanto a continuidade do projeto e sabe a importância de repensar o espaço sagrado da escola.

Isso é fundamental e é reviver, não diria ressuscitar porque nunca morreu. Dizer que Anísio Teixeira e Paulo Freire morreram é uma bobagem, está muito longe pelo menos no aspecto do debate, continuam muito vivos em nosso meio. A teoria revolucionária de Paulo Freire e de Anísio Teixeira está muito atual e presente no contexto do debate teórico. É fundamental repensar o papel da escola, dessas instituições, desses espaços.

Nós fazíamos um debate, Taíse, do combate à prostituição infantil e eu dizia: por que o CRAS dá certo? Porque ele consegue, Selma, juntar vários profissionais em torno de uma política. Lá tem psicólogo, pedagogo, assistentes sociais e gestores que verdadeiramente pensam e gestam a política. Ou seja, articular essa transversalidade é fundamental. É exatamente por isso que fazemos o debate, Eleni, de psicólogos e de assistentes sociais nas escolas. Se não tivermos a capacidade de compreender que a escola precisa avançar numa quebra de paradigma, numa nova formulação, nós não vamos conseguir ter um trabalho, não só de prevenção, porque quanto talvez a gente apresentou lá atrás, secretária Mara, o projeto aqui na Casa, talvez ainda estivéssemos projetando muito o futuro. Hoje, não. A violência na escola é algo real, a desagregação da comunidade escolar é real.

Qual o conceito, Taíse, de comunidade escolar? Qual é, Carol? O estudante e o professor? Óbvio que não? O conceito de comunidade escolar deve ser essa integração, porque o pai tem tudo a ver; porque a vizinha da escola, do prédio físico, tem tudo a ver; o



padre, o pastor, o pai de santo têm tudo a ver, ou seja, é preciso repensar esse conceito no atual contexto do papel da escola.

Se não tivermos a capacidade de compreender esta nova conjuntura, não avançaremos. E se não sabemos o porquê, nunca saberemos pensar o como. Então, é preciso que se faça o debate, Marcela. Os trabalhos do GT são fundamentais, e você tem estado na labuta das Câmaras de Vereadores. Os deputados Rogério Andrade e Carlos Brasileiro sabem o que vou dizer, é um processo natural, compreensível, mas que temos de enfrentar.

Os deputados têm suas regiões, seus segmentos, e naturalmente eles se qualificam no conhecimento da sua região, o Semiárido, a realidade urbana, a realidade do Recôncavo. Cada um naturalmente se especializa, na lógica da democracia representativa, em conhecer o que ele aqui representa para que possa ter uma ação voltada a servir na perspectiva daqueles que o elegeram. É óbvio que isso é fundamental.

Esta Casa não pode estar reduzida às minhas bandeiras de luta, à minha região, porque eu, nós somos deputados e deputadas do Estado da Bahia. É preciso fazer o debate. Por isso, a Comissão de Direitos Humanos não abre mão de debater a todo tempo.

Nós discutíamos sobre isso, Selma, com a Dr^a Hélia Barbosa porque muitos questionam a realização de audiência pública, debate, sessão, discussão. É exatamente por isso que não se sabe os porquês. E se não se sabe os porquês, volto a dizer, não se vai encontrar o como. Só compreendendo o porquê; só entendendo o porquê. E encontra-se o porquê a partir do debate.

Aí, não tem jeito: é avaliação, planejamento e ação. Esta Casa tem de se voltar para os interesses gerais do Estado quando precisa debater projetos de deputados que têm a ver com questões gerais como esta. É fácil, muitas vezes, debater o projeto de interesse do deputado a, que obviamente representa a região b do Estado da Bahia, a qual tem aquela realidade. Isso é óbvio.

A seca agora pesa em quase 300 municípios baianos com a decretação de calamidade. Portanto, a seca assola o nosso Estado. A seca não é problema apenas daquelas cidades, mas sim da Bahia, do Nordeste e do Brasil. A Bahia tem mais de 60% do Semiárido nordestino. Este é um problema grave.



Que bom que o governador Jaques Wagner não pensou o combate à seca agora, mas no primeiro dia do seu governo, quando instituiu o Água para Todos. Graças a esse programa, a seca na Bahia não está muito pior. E vale lembrar que esta é a pior seca dos últimos 50, mais precisamente dos últimos 47 anos.

Ontem, os deputados Rogério Andrade e Carlos Brasileiro debatiam com Rui Costa a questão da seca e do Comitê Gestor, composto por várias secretarias e administrado pelo secretário.

Se formos nas cidades onde os prefeitos tiveram uma articulação com as políticas dos governos estadual e federal, muito mais amena está a situação da seca. Então, essa articulação é fundamental.

Se não tivermos a capacidade de trazer o debate à tona numa perspectiva diferenciada... E aí o que quero dizer? Marilena Chauí, mais uma vez, quando fala da democracia substantiva, está dizendo o seguinte: “Sozinhos vocês não vão para lugar nenhum”. A democracia participativa não é capaz de pagar as dívidas sociais.

Portanto, há necessidade de debates como este serem reproduzidos no CSU, na associação, na igreja, no sindicato, nos terreiros, no baba, no bar, enfim, em todos os lugares. Isso é fundamental para que haja uma pressão, inclusive, de fora para dentro.

Eu não teria problema em me arriscar, deputado Rogério Andrade, e dizer aqui desta tribuna: estou no quarto mandato consecutivo nesta Casa. Meus dois primeiros mandatos foram mandatos de Oposição. Cheguei à conclusão de que deputado da Oposição tem que ser duro com o governo, e para ser deputado de governo tem que se ser mais duro ainda com o governo. Não ter que ter engano quanto a isso. E para nós, deputados do PT, Carlos Brasileiro, deputados da Bancada do governo, ser duro com o governo não significa prejudicar o governo, significa ajudar o governo a governar. É essa a concepção que nós temos que ter.

Lula dizia de Gilberto de Carvalho, quando alguns criticavam Gilberto de Carvalho, Lula dizia: “Eu preciso de Gilberto de Carvalho do meu lado”. Sabe por quê, Luizinho? Ele dizia: “Porque Gilberto de Carvalho tem coragem de dizer quando eu estou errado, coragem de me criticar”. Ou seja, essa é a concepção, é a cabeça que dever ter um



gestor. Quem tem a coragem de fazer a crítica, de sugerir o diferente, de se contrapor, não quer prejudicar. Porque nós queremos buscar algo que é comum, que é a Bahia de todos nós, a Bahia onde possam reinar, verdadeiramente, todos os direitos. Portanto, é nesse sentido que nós convocamos a todos e a todas para fazer esse debate.

Quero parabenizar todos os assistentes sociais, todos os estudantes, todas as estudantes, parabenizar essa turma boa do GT, que já na Academia tem a coragem, Marcela, de fazer essa boa dialética, de realizar, de viver a boa dialética marxista da nossa teoria e prática. E nós, secretária Mara, vivemos Marx no governo, porque era Marx que teorizava as contradições. Portanto são elas que vivemos no dia a dia, as necessárias contradições. Porque o debate que é fundamental.

Tive a oportunidade de estar com o Conselho Regional, fazendo um debate interessante. Professora Sara estava lá, Marcela, Eleni e tantos outros. Obviamente que não foi um amplo debate, foi só professora Sara, mas é preciso fazer um debate não só no aspecto da teoria. Ela não está aqui, portanto não vou fazer um debate, porque seria covardia, não é Taíse? Mas acho que a professora radicalizava demais. Por quê? Por que é preciso reconhecer a importância dos avanços para que possamos reconhecer a importância da organização da sociedade na busca de mais avanços. Se não compreendermos que o governo que nós estamos vivendo tem uma coisa determinante na transformação, que a é a possibilidade real da interferência, nós não vamos verdadeiramente avançar.

É nesse sentido que convocamos a todos para fazer esse debate, o debate da importância do Serviço Social na escola. Não permitir, até diria, Eleni, o discurso equivocado de alguns que acham que essa é uma luta simplesmente para criar mais empregos para as assistentes sociais, o que é um equívoco total, uma incompreensão total. Quer dizer, nós estamos estabelecendo a guerra das assistentes sociais contra as pedagogas, contra os psicólogos? Isso não faz nenhum sentido. Nós estamos estabelecendo um debate na perspectiva de ampliar a política de garantia dos direitos humanos. É exatamente isso que Ney Teixeira coloca, a importância de fazer o debate na garantia dos direitos humanos e ter a escola não só como um espaço formulador, mas também um espaço transformador. Essa é a quebra de paradigma fundamental. Não cabe à escola apenas formar bons engenheiros,



advogados e médicos, não cabe. Cabe muito mais do que isso. Cabe preparar homens e mulheres que tenham disposição de dar a sua contribuição na mudança do mundo.

A ousadia que a categoria do serviço social, que as assistentes sociais, têm tido no universo pós-moderno deste País é de fazer o enfrentamento real às concepções atrasadas, de fazer o enfrentamento real às concepções atrasadas, de fazer o enfrentamento real ao debate político equivocado, em que, às vezes, é preciso radicalizar. Aí não vou, absolutamente, tirar o mérito da professora Sara. É preciso radicalizar, é preciso, inclusive, fazer o debate que ela fazia sobre a questão da economia. É fundamental compreender que no fundo de qualquer tipo de debate, e aí estou falando também de conceito e contexto de política, está a questão econômica. As guerras surgem por isso. As castas existem para a manutenção disso. Se nós não tivermos a capacidade de compreender o contexto econômico, nós não vamos compreender absolutamente nada, vamos achar que determinadas coisas são fruto da generosidade de alguns, da solidariedade de outros, e outros daquele gestor que está ali, que é um cara legal que está que está fazendo alguma coisa interessante, como eu gostaria.

Portanto, essa é uma convocação a todos para se somarem a esta Casa, ao GT, aos nossos Conselhos Federal e Estadual para que ampliemos esse debate que já acontece. Como eu disse, quando lançamos o projeto aqui, Heleni, era ainda uma discussão muito incipiente, pois poucos – como você e Marcela tiveram – tinham a coragem de travar esse debate. E agora já é uma discussão nacional, o que é fundamental.

Não tenho dúvida do preconceito ao GT, no primeiro momento. Hoje é preciso fazer reverência ao trabalho que vocês têm implementado de forma muito ousada, peregrinando, buscando contribuição de um e de outro, cotizando para bancar o combustível, o lanche, a passagem. É dessa forma que o GT e as organizações do movimento social sobrevivem. E é bom que continuem dessa forma pedagógica.

Parabéns a todas as assistentes sociais. E quero fazer reverência, Natália, ao falecimento, exatamente há 1 ano, da companheira Nilzete, pedagoga da Escola de Cidadania de Jaguaquara e de toda aquela região. Ela fazia um trabalho pela garantia dos direitos humanos, em defesa da assistência social como política de Estado, e assim tanto contribuiu



conosco. Prematuramente nos deixou, mas não tenho dúvida de que seus ensinamentos, suas contribuições estarão sempre muito presentes no meio de nós.

Concluo dizendo que o Sermão da Montanha foi a primeira declaração universal dos direitos humanos, porque ali Jesus não fez a mágica de aparecer pães, mas disse e demonstrou que a solidariedade é o grande milagre do ser humano. E hoje nesta manhã, um dia de sol em que todos são convocados a ouvirem uma palestra, todos levam o seu lanche. E naquele dia que foram ouvir Jesus, certamente todos levaram seus lanches, sucos, água, e Jesus os convidou, Edmundo, na hora do almoço, a partilhar o pão, o peixe, a água.

Então, a solidariedade foi capaz de fazer o milagre da igualdade social, além de “Bem aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça, que serão saciados.”

Talvez até tenhamos que escrever o Sermão da Montanhas segundo as Assistentes Sociais. Vamos pensar em reviver aquele momento sagrado da ternura, da sabedoria, mas sobretudo da solidariedade.

O desafio que vocês têm hoje é efetivar uma política altamente regulamentada de acesso ao direito da universalização da Assistência Social, numa perspectiva de garantia dos direitos humanos.

Quero saudar o deputado Bira Corôa, um parlamentar importante e parceiro da Fundac, que esteve presente em Camaçari, onde inauguramos mais uma Casa de Semiaberto.

Pois bem, devo dizer a todos e a todas que é preciso, sim, construir a cumplicidade na garantia de um Brasil melhor para todos. O grito aqui não por mais emprego, Marcelo, mas para dizer que outro mundo é possível se formos capazes de construir unidades na bela, rica e extraordinária diversidade que existe no mundo. Nesse aspecto, Taís, nós baianos somos privilegiados, porque aqui, se as harpas que vieram da Europa nos brindam com o seu excelente som, os atabaques gritam nos ouvidos de cada um de nós que a Bahia só será de todos nós se cada um se perceber como dono e sujeito na transformação deste Estado.

Vida longa a esta bela, extraordinária e competente categoria! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3491-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or. Marcela Silva

Homenagem aos assistentes sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Depois de termos ouvido esse belo pronunciamento do proponente dessa sessão, deputado Yulo, gostaria de parabenizar todas as assistentes sociais.

Registro as presenças do nobre deputado Bira Corôa e da nobre deputada Maria Luiza Laudano.

Convido o deputado Yulo para voltar a presidir esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- A ideia é que todos os componentes da Mesa que quiserem possam fazer uma saudação. Convidamos duas professora - uma infelizmente estava chegando, mas teve que voltar, nossa companheira Eliane Monteiro. A professora Marcela é a outra que iria debater especificamente sobre o tema, então, fará uma fala mais longa de 15 minutos.

Então, convido a professora Marcela Silva, que, na sua capacidade de síntese, mas sobretudo na sua capacidade de fazer com que a indignação politizada e o debate efervescente faça confusão nas nossas cabeças, seja capaz de fazer com que a partir das cabeças, as mãos possam agir na perspectiva da transformação.

Com a palavra a professora Marcela Silva. (Palmas)

Convido para fazer parte da Mesa o deputado Carlos Brasileiro (Palmas)

A Sr^a MARCELA SILVA:- É bonitinho o jeito de Yulo dizer fale pouco. Dá uma volta danada para dizer fale pouco.

Gosto de inverter protocolos, então, primeiro quero cumprimentar a Mesa nas pessoas das minhas colegas assistentes sociais que estão no Plenário. Fazemos parte da melhor profissão do mundo que é a assistência social. Vocês concordam? (Palmas)

Então, a Mesa pode se sentir parabenizada por esse momento tão importante. Tem tempo que não vejo tanta gente junta, em um espaço que é nosso. Tentarei ser o mais sintética possível, ouviu deputado Yulo?



Ele me chamou há mais ou menos um mês para falar aqui e agora diz que só tenho 15 minutos. Fantástico, fantástico. Antes de começar a minha fala quero dar três avisos.

Amanhã em Cruz das Almas estaremos com a Terceira Edição do Fórum Permanente da Juventude do Recôncavo. Já são nove municípios que se organizam. Será na Câmara de Vereadores e o nosso objetivo não é falar para a juventude, mas ouvi-la. Nesse sentido convido todas vocês que possam estar lá, mandem e-mails para as pessoas que vocês conhecem, em especial, aquelas organizações que mantêm espaço de fala. Temos que nos libertar dessa forma burguesa de fazer alguns eventos, que é levar muita gente para falar e o povo que é objeto da fala não consegue falar. Então, quero convidar vocês e dizer que já temos uma agenda até o final do ano.

O segundo aviso todos sabem. E quero conclamar a Assembleia Legislativa na figura dos deputados presentes, no sentido de se posicionarem no que se refere a greve dos professores federais.

Sou professora da Federal. Estou em greve, não só por minha condição de trabalho e salário, mas, sobretudo por uma questão histórica. Estudei na Universidade Católica do Salvador e lutei desde de 86 quando entrei naquela faculdade. Fui membro de movimento estudantil para que tivéssemos universidades públicas além da UFBA nesse território.

Conseguimos. Temos mais universidades federais. Mas ainda não conseguimos dar um *status* diferenciado na condição do professor. E não conseguindo dar um status diferenciado na condição de professor é dizer que o aluno não vale tanto assim. Então, quero conclamar a Assembleia Legislativa, para que também nos apoiasse e a todas as colegas que aqui estão, não importa se estudaram em escolas privadas ou públicas, para que se envolvam nas questões das federais. É muito importante.

E também falar da luta dos professores do estado que estão em greve há tanto tempo. Sei que a Assembleia Legislativa está tomando conta disso, está acompanhando, está tentando mediar as negociações, para que possamos chegar a um lugar mais confortável na perspectiva do trabalho, a fim de atender a muitas pessoas.

Temos que parar de pensar o conforto na perspectiva da burguesia, quando cinco ou seis que ficam confortáveis. Dessa forma, quero conclamar para que todos vocês



conversem, como Yulo falou, no bar, no baba, sobre essas condições que têm assolado a nossa Bahia para que a gente possa promover uma educação de qualidade em todos os níveis. (Palmas)

Primeiro, eu queria agradecer o convite que me foi feito através da Frente Parlamentar em Defesa da Assistente Social, organizado pelo deputado Yulo, através de Valdomiro, porque temos um trabalho conjunto intenso, o GT consegue andar também pelo apoio que é prestado via Frente Parlamentar, como ele falou, a gente cotiza as ações para que se possa estar em vários lugares ao mesmo tempo. Nesse sentido, eu queria agradecer a Yulo e a Valdomiro pelo apoio que foi dado.

Vou falar três coisinhas só, serei bem sintética, Yulo. A primeira é dizer do lugar de onde estou falando. Estou falando do lugar de uma trabalhadora da área de educação. Sou assistente social, trabalhei na área de educação, sou professora, trabalho hoje em formação, e não vou falar nada aqui que não seja na perspectiva, na construção da dialética, que não seja do lado dos trabalhadores. É bom que a gente marque esse território. Bons assistentes sociais sabem de que lado do baba eles estão, não botar Bahia e Vitória, porque senão dá uma polêmica “retada”. Eu, particularmente, sou Galícia para não ter problema.

Nesse sentido, dessas três falas que vou dividir com vocês, a primeira é uma discussão, o convite me foi feito para que eu falasse por que assistentes sociais na escola, para quê, como assistentes sociais nas escolas? Essa é uma fala que a gente faz, os cursos de extensão que o GT promove, mas eu queria que vocês ouvissem com certo carinho, porque o mais fundamental dessa discussão é: não são os assistentes sociais que devem lutar por assistentes sociais na escola. Essa é uma grande armadilha do sistema.

É nesse sentido que o grupo de trabalho serviço social em educação, através dos cursos de extensão, promove que gregos e baianos estejam presentes, e é bonito ouvir dos professores: nós precisamos de assistentes sociais na escola. Como eles também falam: nós precisamos de psicólogos na escola; nós precisamos de psicopedagogos na escola.

A inserção do profissional de serviço social na área de educação, em especial na escola, discussão que a gente está travando aqui agora, ela toca essencialmente em questões muito importantes da condição humana. A primeira delas é no que se refere à privatização



das relações sociais. A gente precisa romper – e como acredito, não tem ninguém aqui do contrário, não, porque tem que tomar cuidado, a gente fala umas coisas, acho que a armadilha do meu marido Marx foi essa, ele foi lá, panfletou o Manifesto Comunista, o pessoal leu e começou a fazer tudo ao contrário. Mas a gente precisa dizer: temos hoje uma perspectiva de tornar privado tudo que é público, e a gente precisa romper com isso.

Há um pensador, o Rousseau, que fala uma coisa fantástica: a propriedade privada não nasceu quando o primeiro homem cercou um pedaço de terra e disse: é minha. A propriedade privada nasceu quando outros homens olharam para aquele primeiro e disseram: tudo bem essa terra é sua. E é isso que tem acontecido com a educação. Todos nós, através da omissão, estamos dizendo que a educação é do outro e não nossa. A gente precisa estudar e assumir esse lugar de que lado nós estamos.

Nessa perspectiva, vou traçar quatro pontos para que vocês entendam, por que a gente precisa de assistentes sociais na escola? Primeiro para articular as mais de vinte e cinco políticas públicas que habitam o interior das escolas. A escola nunca foi um lugar só de ensino/aprendizagem. Nós reduzimos a escola a essa perspectiva.

Sou filha de escola pública e sou de uma escola, em que depois da igreja no meu território, era a escola que tinha mais peso. Tinha um poder de organização comunitária fantástico, e nós abdicamos disso. Sabe por quê? Para o sistema espaço onde as pessoas se unam não é útil; espaço onde as pessoas conversem não é útil.

Se você ouvir os professores, a gente tem feito isso nos onze municípios onde estamos atuando, fazendo pesquisa, tentando dar voz a essas pessoas, se vocês ouvirem, eles dizem: os pais não estão na escola; a família não participa; a gente não consegue entrar na comunidade. A queixa fundamental é: a gente não consegue se encontrar. A gente não consegue fazer com que a própria comunidade escolar: professores, alunos, gestores, coordenação e pais se encontrem, embora estejam todos no mesmo território.

Sempre conto, conforme vou aprofundando as discussões, e a minha última conta resultou em que existem, hoje, 25 políticas públicas que circulam no interior da escola. Quem dá conta disso? Quem articula isso? Quem dispara os processos de articulação entre essas políticas? Vamos sobrecarregar os professores? Não podemos fazer isso, não é!



A inserção do profissional de Serviço Social na escola tem para nós, assistentes sociais, um porquê fundamental: efetiva o nosso projeto ético-político. Não que os outros espaços não façam isso. Mas evocando uma outra categoria, que meu falecido marido Marx nos ensinou e bem, se a olharmos a perspectiva da história e da totalidade, a escola é o território sagrado em que podemos formar cidadãos para além do imediato. E para o nosso projeto ético-político, que não é um projeto do imediato, isso é fundamental. Então, é um território em que precisamos estar lá, não sozinhos, mas precisamos estar lá.

Um outro aspecto importante do porquê o assistente social na escola é que a escola não pode mais ser um território que você encerre só numa relação de ensino-aprendizagem, descolando isso do mundo que esses meninos vivem. E vou dar uma cutucada na Assembleia. Nós, hoje, temos Paulo Freire como patrono da educação, mas não temos a metodologia Paulo Freire no interior das escolas. E me pergunto: há alguma coisa errada?

Há uns 4 anos, fiz uma viagem para o Japão, com uma parada na Alemanha. E como sou professora – professor tem esse cacoete, não é? –, fui a uma universidade alemã, mesmo sem entender nada, porque não falo alemão, mas queria ver como funciona uma universidade alemã. E fui a uma cidadezinha perto de Berlim, chamada Mainz, uma cidade universitária. Em Mainz existem 10 universidades federais, e é uma cidade bem pequena.

Graças ao meu bom Deus, encontrei um angolano. Colei nele. Onde ele ia eu também ia. Ele me foi apresentando e falou: “Deixe-me te mostrar um jardim que temos aqui, na universidade.” Há um busto de Paulo Freire dentro de uma universidade em Mainz, na Alemanha!

Vocês conhecem bustos de Paulo Freire espalhados pelo Brasil? Conhecem?

Sabem o que estava escrito, em alemão no busto de Paulo Freire? Uma reverência ao mestre da capacidade de educar povos. E ele não faz parte de uma formação continuada de pedagogos licenciados para que tenhamos a pedagogia Paulo Freire dentro das escolas. (Palmas)

Fiquei morta de vergonha, como boa brasileira e baiana. Mas penso que precisamos trazer essas informações para que a gente possa se localizar.



Nesse sentido, a gente precisa pegar a escola como um espaço que nos ensine um pouco mais o que é público, porque para a gente, hoje, público é para pobre, e para pobre qualquer porcariazinha basta. É tão assim, gente, que vemos os professores das escolas públicas colocar os filhos nas escolas privadas. Isso é um testemunho da grande alienação que a gente vive e do desconforto desses próprios professores com o espaço onde eles estão. Então, a gente precisa se assentar um pouco mais nisso.

O tópico mais importante para mim e que justifica o porquê de assistentes sociais nas escolas, não sozinhos, mas com outras categorias profissionais também, é por humanidade. Gandhi dizia que se a todas as obras sagradas do mundo fosse dado fim e sobrasse o Sermão da Montanha a humanidade conseguiria se reerguer, porque ali, no Sermão da Montanha está tudo que a condição humana precisa para retomar o seu processo de humanização e ir para a frente.

Então, precisamos ter a coragem de resgatar a condição humana. E nesse sentido, sugiro para vocês uma leitura do livro de Hannah Arendt, *A Condição Humana*. Se puderem, leiam.

Para que ter assistente social dentro das escolas? Primeiro, para consolidar direitos; segundo, para que a gente promova ações, realmente, revolucionárias; terceiro, para formar cidadãos com autonomia – sem o que Freire nos ensinou, é impossível fazer isso! É impossível! –, e para que permitam aos professores desenvolver a função que lhes foi dada.

Eu tive professores que tiveram a oportunidade de me ensinar, mas se preocupavam com outras coisas, mesmo porque o meu tempo na escola pública era outro. Sou de um tempo na escola pública que bastava alguém entrar na sala a gente se levantava, não precisava ninguém mandar. E a gente só se sentava quando a pessoa dizia: podem sentar. Essa noção de respeito que está diretamente ligada à condição humana a gente está perdendo. Quando a gente diz que a escola hoje é violenta, não é a escola, não é a escola que é violenta, o mundo é violento e a escola não está fora do mundo. As relações sociais são violentas e a gente não está fora das relações sociais.

A gente precisa gerar uma sinergia social. E num território que tem o CRAS, às vezes, tem 20 escolas, municipais e estaduais. Como é que as colegas da gente que estão no



CRAS vão dar conta de assistir ainda esse universo enorme? Então a inserção do profissional de serviço social na educação também faz essa sinergia com as propostas de assistência social. E para quem a gente quer assistente social dentro das escolas? Há aí um diferencial na compreensão. Yulo tem essa compreensão, isso está expresso no projeto de lei que ele encaminha aqui. Tem o quê? Sete anos, Yulo? Sete anos que a gente labuta. Eu me lembro do primeiro evento que a gente veio, na época eu e Leni dávamos aula da FAN de Feira, e agente veio com o povo da FAN. Foi depois de Adão e Eva. A gente veio para cá com um ônibus de gente para discutir com Yulo, Javier também estava aqui, sobre essa questão. E a gente continua discutindo isso. É bom ver que a gente avançou.

Mas o diferencial dessa proposta é que a gente entenda que o assistente social não vai entrar na escola para dar conta da evasão escolar, isso é pouco. Existem muitas vidas sofrendo em torno da evasão escolar, por conta dos motivos sociais que geram a evasão. Então o assistente social que entrar na escola é para trabalhar com os filhos e as filhas dos trabalhadores, dos professores, dos funcionários, dos gestores, das famílias, das comunidades, dos alunos e de todas as políticas que existem no território onde essa escola está. A escola é o barômetro do sucesso do desenvolvimento social de um território. E eu não falo isso obedecendo aos índices, mas falando do resultado humano que a escola pode produzir.

Terminando, queria chegar ao terceiro aspecto que é a questão das cobranças, e aí não vou cobrar só da Assembleia, não, Yulo. Eu vou cobrar o posicionamento de cada um de nós. O deputado Yulo promove esses eventos, a gente vem participar, mas qual é a taxa de participação de cada um no território onde está para que essa discussão avance? O projeto está aqui, o que a gente precisa, Yulo, é de apoio para lhe dar, que é apoio político, e a massa tem uma força muito grande para que o projeto avance nesse rito processual que ele tem de ter.

De qualquer jeito, para que a gente ande nesse sentido, Yulo se tornou referência porque labuta nessa causa há muito tempo. E labuta em vários territórios. Como falar de direitos humanos sem falar em educação? Não dá para falar de proteção e interesses dos indígenas sem falar em direitos humanos. Então ele vive numa região de convergência de



interesses que nos aproximam por demais. Nesse sentido, eu queria que vocês dessem uma salva de palmas para Yulo, porque ele tem feito um trabalho fantástico. (Palmas)

A gente teve uma conversa com o governador em junho do ano passado, e aí vão as minhas cobranças. E eu pensei que o governador não ia botar o processo para frente, mas ele botou. Na época, a gente foi apresentado a Carlos Brasileiro, ele está ali sentado e eu vou cobrar dele, embora ele não seja mais secretário, porque essa é minha parte, é cobrar... E a gente teve um encontro para apresentar e conversar com Carlos Brasileiro e com Mara, que agora é secretária, o projeto piloto, o que a gente queria... O GT tem se proposto a fazer em vários municípios um projeto piloto para mostrar que resolve a inserção do profissional de assistência social em educação, que não é aquilo que Yulo bem colocou: a gente não quer frente de trabalho, não.

Para vocês terem uma ideia, se todas as escolas estaduais e se todas as escolas municipais hoje tivessem um assistente social, a gente não teria assistente social para dar conta de tudo. É muito mais escola do que assistente social. Então a nossa discussão não é de campo de trabalho, e as colegas que reduzem a nossa discussão não é de campo de trabalho. E as colegas que reduzem a discussão à frente de trabalho, empobrecem pessoas que podem nos apoiar na luta. Quando os professores escutam a frase “olha, elas querem estar junto conosco”, eles são os primeiros a dizer: “A gente quer assistente social, lá”

Então a primeira coisa é cobrar. Estivemos na Câmara de Defesa Social no programa Pacto Pela Vida, uma estratégia que a gente lançou e a gente não avançou. Mediado através do deputado Yulo, estivemos, também, com o secretário de Justiça e Direitos Humanos. A gente, também, ainda não conseguiu avançar numa proposta.

A gente precisa dar uma resposta e precisa dar uma resposta logo. Apesar do rito processual, as pessoas estão morrendo. Bem, mais do que morrendo e efetivamente perdendo a vida, há meninos, meninas e professores perdendo a vida paulatinamente.

O sindicato daqui ainda não fez esta pesquisa, mas São Paulo fez. Para vocês terem uma ideia, 79% dos professores entrevistados – quer dizer, pegam-se os atestados que fazem com que os professores se afastem das atividades – 79% têm a ver com sofrimento emocional. E, aí, eles investigaram o porquê deste sofrimento e perceberam que o sofrimento



estava diretamente ligado à incapacidade de fazer o trabalho dele em sala de aula. Depois, eles perguntaram de onde vinha esta incapacidade. A primeira coisa que veio foram problemas sociais.

Vejam, na condição de professores, e, aí, eu falo porque já dei aula para o pessoal de pedagogia na Uneb, a gente é formado para lidar com usuário ideal, com o aluno que come três vezes por dia, educadinho, limpo, que os pais são atuantes dentro da escola. Esse menino, historicamente, não existe e não é a maioria.

Hoje, temos sobrecarregado a família ao dizer: “A família tem de fazer isso.” Mas a gente esquece da história. Essa família, também, tem uma história de vulnerabilidade enorme. No entanto a gente quer que esta mesma família dê o que ela não teve. Então tomemos cuidado com isso.

A gente precisa dar o retorno dessas ações que a gente “*startou*” via Câmara Social e via Secretaria de Segurança Pública. Nós demos, na mão do secretário, um projeto no que se refere à ronda escolar. Tal projeto previa dar preferência às policiais femininas que fossem assistentes sociais e que estivessem em equipes da ronda escolar. A gente não teve retorno disso. E, aí, vou pedir para todos os deputados darem uma cutucadinha nisso, porque acho importante.

E termino ao falar dos cuidados que a gente precisa ter com esta causa. O deputado Yulo já me antecedeu falando dessa primeira armadilha que é a gente pensar que estamos lutando para garantir frente de trabalho para assistente social. Não é isso não. Estamos pensando em efetivar um projeto ético-político que a categoria tem e que, para efetivar, é preciso que outras categorias também abracem a causa.

A segunda armadilha que a gente pode cair é a ideologização da escola e da educação. O que estou chamando de ideologizar a escola e a educação? Pensar em uma perspectiva ideal e não pensar numa perspectiva real. Há o bombardeio da mídia que diz “a escola está violenta e está cheia de drogas”. Isso não é escola. Isso são territórios.

Não teremos avanços sociais sem que os territórios experimentem uma oportunidade de se desenvolver socialmente. E, aí, não precisam programas enormes, macro, não. Decisões políticas, amiúde, têm surtido efeito. E, aí, a gente não pode perder tempo!



Achei legal o deputado Yulo falar sobre a questão do rito processual que a gente tem de fazer. Mas, enquanto os ritos acontecem, as pessoas vão desistindo. Vejam, o profissional assistente social é um bicho teimoso. É o que você falou: “Vida longa para os assistentes sociais!” Assistente social é uma raça teimosa e retada. A gente fica ali até o negócio sair. E quando o negócio se efetiva, a gente fica ali pra ver se vai.

Mas tudo bem. A gente é teimoso como assistente social, não é? Não adianta, somente, a lei. A gente não está lutando pela lei. A gente está lutando pelo direito. Então uma das armadilhas, neste processo de lentidão, é o receio de que o projeto aconteça e que a gente não venha, efetivamente, a ter o profissional assistente social nas escolas.

Então, eu queria o apoio político das Secretarias de Desenvolvimento Social e da Educação. A gente está... Brasileiro, você me pediu para ter paciência, porque pauta com o secretário era difícil. Eu só estou há 6 meses tentando falar com o secretário da Educação e não consigo, mas a gente precisa efetivar isso. Essa discussão não começou comigo, não vai terminar em mim, mas é importante que a gente avance.

Para terminar, uma única frase que peguei ontem no Facebook. Eu a ouvi ontem e quero convocar vocês, em especial o pessoal do Cfess e do Cress. Estava ali conversando com Eleni, que é do Cfess, dizendo-lhe que o Cress está fazendo um trabalho de acompanhamento dos projetos de lei, e a gente fez festa para o projeto de lei que ela está cuidando lá. E eu disse também a ela que a gente tem de tomar cuidado no projeto de lei para não precarizar a inserção do profissional de Serviço Social na educação dentro das escolas. E aí a gente precisa qualificar o avanço, precisa avançar, mas avançar sem precarizar. E a frase é a seguinte... Não sei quem é o autor, porque o pessoal fica dizendo, por exemplo, que Madre Teresa de Calcutá falou não sei o quê, e, quando você vai ver, não tem nada a ver com ela. Mas, graças a Deus, essa frase não tinha autor. Diz assim: “Não existe neutralidade possível, o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou o compromisso com os explorados”. E quero saber de que lado vocês estão.

Muito obrigada por esta oportunidade. (Palmas!)

E quero dar boas notícias. Maragogipe está fazendo processo seletivo, já tem assistente social, vai contratar mais três; Porto Seguro, precisa o pessoal do Cress ir para lá,



porque eles botaram 40 horas para assistente social, no concurso, e são 30, mas vai fazer concurso para assistente social das escolas; São Félix já vai ter uma; Cachoeira, o projeto de lei já foi aprovado; Cruz das Almas já tem indicativo de projeto de lei, e a gente está invadindo os espaços para falar.

Anunciar também o 1º Encontro Estadual de Produção Científica na área de Serviço Social da Educação, que a gente do GT vai fazer e já convoca vocês para participar; o 1º Encontro de Ensino, Pesquisa, Extensão e o projeto de trabalho de assistentes sociais da Bahia, além dum encontro de profissionais da área de assistência estudantil, serviço social da educação, da educação infantil até a universidade.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3492-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or. Edmundo Ribeiro

Homenagem aos assistentes sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Obrigada, Marcela! Obrigada por obedecer ao rigor do tempo. (Risos)

Convoco para usar a tribuna o companheiro Edmundo Ribeiro, representando o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Registro aqui a presença de Ester Praça, 1ª tenente, representante do comandante da Base Aérea, coronel Sampaio. Obrigada pela presença. (Palmas!); de Eva Suely Alencar, assistente social, e representando a Defensoria Pública Geral, Drª Célia Barbosa. É uma Defensoria importante, trincheira nos direitos humanos. (Palmas!) Quero saudar a deputada Luiza Maia, que está aqui presente, à minha esquerda.

Quero registrar também aqui:

(Lê) “*Brasília, 30 de maio de 2012.*

Congratulo-me com V.Exa pela realização de uma Sessão Especial, no próximo dia 31 de maio, em homenagem ao Dia do Assistente Social. Sem dúvida, os Assistentes Sociais constituem urna categoria profissional que enfrenta com mais frequência aspectos cruciais da vida humana.

Pela enorme importância da sua atuação na sociedade, em especial, nas camadas mais desfavorecidas, associo-me as merecidas homenagens que a Assembleia Legislativa da Bahia presta a essa dedicada categoria profissional.

Atenciosamente, Lídice da Mata, Senadora”.

Registro ainda a presença da Pastoral da Criança, da nossa companheira Hildete, nossa guerreira; Voluntárias Sociais da Bahia; Fundac - Fundação José Silveira, Hospital Aeroporto; Conselho Tutelar - Salvador; Associação dos Missionários Evangélicos; Grupo de Idosos, CSU-Mussurunga e também o seu coordenador; Cress 5ª Região; Núcleo de Ação Pró-Idoso; Posto 12º Centro de Saúde; Prefeitura Municipal de Jequié; Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim; Estação Bahia - Imobiliária; Sesab; Posto de Saúde Castelo Branco;



Departamento de Serviço Social da Assembleia Legislativa da Bahia, nossas assistentes sociais tão importantes nessa atuação aqui na Casa; Bizoro Avoador Produções e Ceifar.

Com a palavra Edmundo Ribeiro.

O Sr. EDMUNDO RIBEIRO:- Quero parabenizar esta Casa por essa iniciativa para homenagear as assistentes sociais, que merecem além dessas homenagens todas as congratulações da Bahia e do Brasil, pelo excelente trabalho que realizam em defesa da pessoa necessitada.

Em nome do deputado Yulo, que solicitou a sessão e que a preside, queremos cumprimentar todos os deputados presentes, em especial o deputado Carlos Brasileiro e todos os demais com quem temos contado. Digo nós, porque embora eu não seja assistente social, mas estamos na luta pela efetivação do direito da pessoa humana há bastante tempo sou eu quem milito na área do movimento social, de ONGS movimento independente e não governamental.

Falando em movimento não governamental nesses tempos em que estamos sendo sacrificados, pela imprensa desse país, é realmente um perigo. Dizer hoje que é dirigente de ONG e dirigente de instituição social, hoje, é realmente um problema. Mas estamos aqui nessa batalha na defesa intransigente pelo direito da pessoa humana.

Em nome da companheira, conselheira do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Aricelma cumprimentar todas as assistentes sociais aqui presentes, ela que também milita na área e que tem nos chamando atenção para a importância de termos uma parceria constante com esses profissionais.

E, em nome da companheira Mara, que não é assistente social, mas que aqui representa o governador e está à frente de uma pasta tão importante como a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza cumprimentar todos os demais presentes, como estudantes, professores, pessoas do movimento social e comunidades que compareceram até à Assembleia para homenagearmos esses profissionais imprescindíveis para a nossa sociedade.

Chega em bom momento a ideia da participação de assistente social nas escolas. Sabemos que de todas essas questões que foram aqui levantadas, da fragilidade à qual está



submetido o nosso processo educacional, ter assistente social nas escolas é importante forma de enfrentar parte dessas fragilidades. Gostaríamos que essa luta se estendesse a outros profissionais, como aqui foi colocado, pois precisamos de psicólogos, psicopedagogos, aliás a escola precisa se colocar como um espaço de transformação da sociedade brasileira, como tão bem aqui foi colocado. Mas, no dia de comemorar não posso deixar de convocar as assistentes sociais para trabalhar. A vida de vocês é lutar pela transformação social, não é verdade?

Então, nesse dia importante em que estamos homenageando essa profissão gostaríamos de convidá-las para mais uma frente de batalha.

A Legislação de Conselho da Bahia é uma das mais atrasadas do Brasil, embora tenhamos a Constituição de 88, mas as leis que vieram criando os conselhos na Bahia, elas são de uma autoridade tal, de um autoritarismo, que surpreende quem lê.

O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e o Fórum de Defesa da Criança e Adolescente juntamente com alguns organismos aqui presentes, como por exemplo o CRES vêm lutando há muito tempo para alterar a lei do Conselho Estadual da Bahia. O mesmo movimento está sendo feito pelo Conselho dos Direitos Humanos, que já conseguiu um avanço e pelo Conselho de Assistência Social do Estado da Bahia, que também é autoritário, mas nesse momento em especial, a nossa proposta é que vocês nesse dia em que estão sendo homenageados se ombrem conosco do Movimento da Criança e Adolescente, para conseguirmos a rápida aprovação da lei que está tramitando e já foi encaminhada para a Assembleia Legislativa a nova lei do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente.

Essa lei faz justiça a várias questões que estavam colocadas na lei anterior, como por exemplo, a lei atual o presidente do conselho é governo e o vice-presidente também é governo, quer dizer isso não é conselho paritário, não é conselho de participação social.

Depois de muita luta fizemos cinco audiências públicas em cinco territórios da Bahia, ouvimos mais de 3 mil pessoas do Sistema de Garantia de Direitos. A partir daí, constituímos um texto que foi encaminhado para a secretaria. O deputado Carlos Brasileiro, à época secretário, fez o grupo de trabalho Mar a Frente. Vários outros companheiros, como a



Irani que está ali presente, acompanharam o texto que foi produzido a partir das audiências públicas. Esse texto foi submetido tanto a apreciação do Conselho bem como das instâncias de governo.

Então qual é a nossa proposta? Finalizar o texto já passado por todas as instâncias de governo. Ele agora se encontra pronto para votação. Na segunda-feira, começamos a VIII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Gostaríamos de ter essa lei aprovada até lá. A conferência vai de segunda até quinta-feira, do dia 4 até o dia 7. Entre o dia 4 e o dia 7, se fosse amanhã seria melhor, gostaríamos de ter essa lei aprovada. Só depende da vontade desta Casa, do presidente desta Casa, do governador do Estado. E qual é a proposta de trabalho que eu estou trazendo para vocês? É que todos os presentes enviem um *e-mail*, uma mensagem pelo *Facebook*, pode ser. Se quiserem podem anotar aí. Para o presidente da Casa o endereço é: cerimonialba@gmail.com; para o governador Jaques Wagner o endereço é: licia.cerimonial@governadoria.ba.gov.br; e quando mandarem o *e-mail* mandem com cópia para o deputado Yulo para ele poder acompanhar como está a mobilização. O endereço do deputado Yulo é o seguinte: ypereira@alba.ba.gov.br.

Como já foi dito aqui, o relator dessa lei vai ser o hoje deputado Carlos Brasileiro. Esse foi um gesto generoso do deputado Yulo porque ele está nessa luta antes do deputado Carlos Brasileiro, ou seja, há muitos anos. Igualzinho à lei de vocês, o deputado Yulo está lutando com a gente há mais de 7 anos para que essa lei chegue. E ele, de forma generosa, sabendo do trabalho que o deputado, à época secretário, teve na secretaria para que a lei saísse dos porões da burocracia e fosse colocada em discussão... Por isso peço um aplauso para o deputado Yulo e para o agora deputado Brasileiro. (Palmas)

Peço que todos aqui mandem mensagens porque senão vamos passar a conferência toda e não teremos o novo texto aprovado. O texto é fantástico, é um avanço para todo o Brasil em termos de funcionamento de conselho. Nós ouvimos mais de 3 mil pessoas na base, então não é uma lei de cima para baixo. É uma lei muito interessante que vai colocar a Bahia no topo da área do Movimento Criança Adolescente.

Muito obrigado e parabéns mais uma vez. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3493-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or. Elenir Ávila

Homenagem aos assistentes sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, Edmundo. Agradeço-lhe por obedecer o rigor do tempo.

Eu só queria dizer que é extremamente desagradável ficar limitando. Claro, que as sessões ordinárias do dia a dia não permitem nem vocês adentrarem ao plenário, não é deputada? Esta é uma sessão especial na qual vocês podem entrar, participar, os representantes vêm para a Mesa, usam a tribuna, falam, propõem, criticam, o que é ótimo. Mas, infelizmente, temos o problema dos ritos das sessões e dos horários regimentais, porque nós teremos também sessão à tarde. Então é por isso que, às vezes, temos que fazer esse trabalho desagradável. Perdoem-me porque eu tenho que ficar sendo rigoroso com o tempo.

Mas quero registrar a presença da deputada Kelly Magalhães, deputada que preside a Comissão da Educação, portanto uma deputada extremamente importante no apoio a esse projeto. Obrigado, Kelly, que está se recuperando, mas fazendo o seu trabalho importante aqui na Assembleia.

Convido a professora Elenir Ávila, que representa o Conselho Federal, ao tempo em que registro a presença de Michele Vieira, presidente do Conselho Estadual da Juventude. É importante dizer que os conselhos criados no governo Wagner já não têm mais esse problema de resquício da ditadura. É um conselho novo, está aí uma presidente que é representante do movimento social, oriundo da Pastoral da Juventude, portanto, parabéns, Michele; saudar aqui também o CEAS, estudantes e professores, Centro Universitário Jorge Amado, FIB, Faculdade Dom Pedro II, Unime, UFRB, Colégio Estadual Adroaldo Ribeiro Costa, UCSal, UFBA, Faculdade Vasco da Gama, Universo, Anhanguera, ISBA, Assistente Social na Educação e Unifacs.

A Sr^a ELENIR ÁVILA:- Bom dia a todos aqui presentes. Gostaria de saudar a Mesa na pessoa do deputado Yulo Oiticica, também cumprimentar as colegas de muito tempo, como Tânia, Jacira e colegas de menos tempo, as que formaram recentemente mas



que passaram na nossa vida como ex-aluna, não é, Marcela, mas que estão aqui hoje nos ajudando nessa batalha.

Quero dizer também da felicidade, olhando aqui para o que está escrito, tentando abreviar um pouco o que tem que ser falado em cinco minutos. Estamos aqui em mais uma sessão reforçando a importância desse projeto de lei, acho que é um papel importante do Conselho Federal de Serviço Social, que tem implementado muitas lutas em prol da categoria.

É uma grande alegria estar hoje aqui enquanto Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e quero homenagear uma pessoa que está ali sentada, que é Tânia Nogueira. Quando Marcela falou que essa é uma luta antiga de termos um curso público de serviço social e a UFRB vem com o primeiro curso público do Estado da Bahia, Tânia, quando cheguei na Católica em 1979, foi quem me colocou no movimento estudantil e me influenciou muito na luta e na batalha. Então, se hoje tenho uma história de militância, agradeço a Tânia esse presente de ter me dado a possibilidade de estar nessa luta até hoje e de não sair nunca mais. Quero fazer essa homenagem merecida a essa companheira, batalhadora que está aí há muito tempo. Já foram falados alguns assuntos, estava falando com Selma que tenho que reduzir o que vou falar, porque cada um que vem vai dizendo algumas coisas e o tempo fica aqui apitando para nós.

Ontem, foi o dia 30 de maio, dia nacional da luta pela efetivação das 30 horas, que hoje é uma lei federal e estamos num enfrentamento grande com relação à efetivação dessa lei. Efetivar a lei, promulgar a lei não é tudo, a luta ainda vai continuar por um bom tempo para que as pessoas comecem a introjetar e a cumprir essa lei. Temos tido alguns problemas com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o MPOG, no sentido de estar colocando uma portaria como se fosse superior a uma lei. Estamos agora com um parecer da Advocacia-Geral da União em que coloca, lógico que uma portaria não pode se sobrepor a uma lei federal, e já está inclusive com uma discussão avançada, o Conselho Federal entrando judicialmente para garantirmos que a nossa lei seja cumprida. E a denúncia de Marcela cabe muito bem com relação ao concurso 40 horas.



Uma outra coisa interessante que estamos colocando sobre a importância do projeto de lei de incluir o assistente social na educação, é um projeto de lei tanto do âmbito federal que já vem desde 2000, como do âmbito estadual também, que já vem há algum tempo se arrastando. Acho que foi muito bem colocado pelo deputado Yulo, que é um estudante, entre aspas, do serviço social, está sempre com uma professora ao lado dele, mas um leitor de Marilda, um leitor de vários autores do serviço social, como Marcela colocou. O papel do serviço social é potencializar mesmo os sujeitos coletivos na perspectiva de uma emancipação humana na construção de uma nova sociedade.

Acho que é fundamental que possamos estar avançando na discussão, na luta pela inserção do assistente social e informando mais um pouco algumas coisas que temos feito nesse sentido. Dia 18 de abril agora foi feita uma votação na Comissão de Seguridade Social e Família e foi aprovada por unanimidade. E temos que agradecer ao deputado Amauri Teixeira, da Bahia, que tem dado um apoio muito grande ao Conselho Federal no encaminhamento desse projeto de lei. Marcela fez algumas críticas ao projeto de lei. Nós temos oito projetos de lei na Câmara Federal ligados à inserção do assistente social na política de educação. Esses oito projetos de lei vão passar agora por um estudo e vamos tentar juntar todos eles, que a ideia inclusive é do presidente da Comissão de Educação que façamos essa junção e que isso possa caminhar.

Estamos com várias audiências agendadas, agora, na Câmara Federal, para que possamos avançar mais nesse sentido, segundo Marcela, colocando as comissões.

Uma coisa que Yulo trouxe foi que a luta não é contra uma categoria ou outra, não é apenas por uma reserva de mercado. Mas sim para avançarmos na concepção da inserção dessa categoria profissional na política de educação. Essa luta tem sido feita numa parceria forte com Conselho Federal de Psicologia. Temos ido sempre às audiências e desenvolvido ações, em conjunto com esse Conselho de Psicologia, e isso tem fortalecido o nosso trabalho.

Para finalizar, queria fazer um chamado para o seminário nacional, em Maceió, nos dias 4 e 5 de junho, promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social, para discutir a inserção do assistente social na política de educação. Esse seminário, com inscrição gratuita, será muito importante.



Amauri disse que talvez vá, depende da sua agenda. Faço também um convite ao deputado. É interessante que participem dessa discussão, pois precisamos avançar com pessoas que possam levar essa discussão para os estados e para o governo federal. E assim essas leis sejam aprovadas e consigamos, realmente, o que estamos buscando.

Temos que seguir juntos – como disse o poeta Drummond de Andrade, “de mãos dadas” – para avançarmos nesse processo de luta e resistência. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3494-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or. Ariselma Pereira

Homenagem aos assistentes sociais

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, Heleni.

Convido para fazer uso da palavra Ariselma Pereira, diretora da Fundac.

A Sr^a ARISELMA PEREIRA:- Um bom-dia muito especial a minha categoria, com muito orgulho sou assistente social; um bom-dia especial também a esta Casa Legislativa na pessoa do meu companheiro de muita luta, muito amor e muita história, meu deputado Yulo Oiticica. Vou confessar uma coisa para vocês: ele falou que sou sua professora, mas quando chego ao gabinete dele e olho a sua biblioteca, vejo que há sempre livros novos e peço emprestado. Na verdade, é o meu professor. Foi ele quem me ensinou uma coisa muito importante – que, inclusive, está no Código de Ética da minha profissão –, que é ser uma assistente social defensora da vida e dos direitos humanos.

Cumprimento também minha companheira Mara, nossa secretária da Sedes, minha chefinha; parabenizo todos os gestores, todos os parceiros de governo que aqui se encontram; saúdo todos os meus companheiros de Mesa; a minha companheira Heleni, do CFESS, e na sua pessoa cumprimento todos os conselhos que estão com a gente nessa grande luta.

Companheiros, só nós assistentes sociais sabemos a delícia de ser o que somos. Então esse 15 de maio é muito simbólico, pois é o momento de celebrarmos nossas conquistas, que já são muitas, não podemos negar. Mas também é um momento de renovar lutas importantes em curso, como a do piso salarial. Precisamos encampar essa batalha para que possamos ter um piso que dignifique o nosso trabalho, que reconheça a nossa profissão como de fato ela é, ou seja, tão estratégica e importante para a sociedade.

Também a luta pelo serviço social na escola, Atualmente, atuo no SINASE, Sistema Socioeducativo, e sei o que significa a socioeducação. E essa lei possibilitará a garantia desse profissional na educação, já que é de extrema importância – sei disso no cotidiano da Fundac – a relação da educação de forma muito intrínseca com o serviço social. É um desafio extraordinário para nós, mais do que nunca precisamos abarcá-lo.



Há ainda a luta pela implementação da lei das 30 horas. E aí queria dizer que é um orgulho para mim, ao assumir a Fundac, os nossos contratos terceirizados. Logo que renovamos o contrato com a nossa fundação, que acolhe os nossos trabalhadores terceirizados de Serviço Social, implantamos as 30 horas. Então é um motivo de orgulho para mim, mesmo porque o Estado ainda não garante isso no concurso. Mas nós enquanto Fundac, assim que assumimos, implantamos. E os nossos profissionais já têm as 30 horas garantidas.

Portanto, companheiras e companheiros, quero dizer que este é o momento de celebrar também essa categoria, que não cansa de lutar e sonhar. É preciso mais do que nunca reconhecermos esse trabalho. Acho que Marcela foi fantástica quando falou que a luta não é nossa pela inserção desse profissional na Educação, mas sim de todos nós. É a luta pela educação de qualidade. Quero encerrar meu pronunciamento. Acho que tem muito a ver com este momento.

No ano passado fizemos conferência de juventude na Fundac pela primeira vez. De forma pioneira no Brasil, nossos educandos participaram como delegados da Conferência Nacional e Estadual de Juventude. E segunda-feira serão delegados na Conferência da Criança e do Adolescente, uma conquista também, não é, Edmundo? Ela será marcada pela participação efetiva dos adolescentes.

Uma coisa me emocionou profundamente: um educando nosso na Mesa da conferência dizer que era uma pena ele ter precisado cometer um ato infracional para ter direito a uma assistente social e uma psicóloga. Orgulho-me.

Está aí o desafio. Vamos à luta, ela continua mais firme do que nunca!

Um abraço à minha categoria, que é um orgulho para mim!

(Não foi revisto pela oradora.)



3495-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or^a Simone Lacerda

Homenagem aos assistentes sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido a Sr^a Simone Lacerda, da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

A Sr^a SIMONE LACERDA:- Bom-dia a todos os presentes.

Quero saudar a classe de Serviço Social em homenagem pelo dia 15. Nós da Enesso, que é a representação dos estudantes da área, apoiamos e abraçamos a luta pela inserção dos assistentes sociais na Educação, devido à garantia à educação pela Constituição Federal e a LDB.

Compreendemos que a importância do assistente social, do profissional da área nas instituições é extremamente importante para que possamos formar estudantes críticos e reflexivos sobre a sua atuação não só enquanto estudantes, mas também como seres sociais inseridos na sociedade em que vivemos, num mundo capitalista repressivo.

Então, a nossa intenção, enquanto representação estudantil, é que esses espaços sejam preenchidos pela nossa categoria, pelos nossos estudantes e que possamos conquistar uma sociedade mais justa e igualitária. Acho que é isso que buscamos não só na Assembleia, mas também nas escolas e em todos os outros espaços nos quais possamos discutir a política e vivenciar isso.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



3496-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or. Jéssica Sinai

Homenagem aos assistentes sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido a coordenadora do Núcleo de Organização Popular, Jéssica Sinai.

A Sr^a JÉSSICA SINAI:- Bom-dia a todos.

Quero parabenizar inicialmente os assistentes sociais pelo seu dia 15, com um belíssimo seminário no Centro de Convenções, onde fizeram uma manifestação da qual pude participar pela efetivação das 30 horas.

Saúdo a Mesa na pessoa do deputado Yulo Oiticica, Líder do PT, presidente da Frente Parlamentar do Assistente Social, secretária Mara; a diretora da Fundac, Ariselma. Também quero saudar de forma especial Adriana Nascimento, da qual fui colega na Prefeitura, onde eu coordenava a juventude, na época Sedes, hoje Setad. E ela era assessora especial. Então, fizemos muitos trabalhos conjuntamente. Quero saudar também Marcela, Heleninha, Edmundo e Simone, a professora.

Não sei se serei tão breve como Simone, mas vou tentarei.

Sou coordenadora do NOP – Núcleo de Organização Popular. O NOP atua diretamente em Pau da Lima realizando formação política e atuando na organização da comunidade. É um prazer ter recebido esse convite da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência para ajudar na elaboração desta sessão. Acredito que a parceria pelo serviço social nas escolas não é só das assistentes sociais e, sim, da comunidade, da família, do poder público. É um prazer estar contribuindo também com a ação do NOP para essa pauta tão importante. Acredito que a melhoria na educação não se dá somente pela participação do serviço social na escola. Ledo engano, pensarmos que todos os problemas da escola terminarão quando os assistentes sociais estiverem na escola.

O avanço da educação, não é à toa que vivemos esse momento de tanta efervescência no debate da educação, é preciso um plano de fato que avance na permanência, mas também na qualidade e nos resultados da educação. Não tenho dúvida de que o serviço



social seja um pilar importantíssimo para essa tarefa. É preciso reunir a família nesse debate. Os pais são essencialmente importantes, a comunidade também, a classe dos professores, os assistentes sociais, porque assim a gente consegue avançar.

A professora Marcela foi brilhante quando trouxe esse cenário. É preciso estarmos unidos, mas numa perspectiva de ter uma educação, de fato, libertadora, que ela consiga alcançar a libertação de mentes e de processos que possamos com isso ter mais qualidade de vida, mais acesso à tecnologia e várias outras ações que beneficiarão os nossos estudantes e os brasileiros como um todo.

Quero também aproveitar essa oportunidade para parabenizar Michele, que é estudante de serviço social, formando este ano, que hoje assume o Conselho Estadual de Juventude, trazendo um pouco do movimento social, está na coordenação, reversamento do poder público. Não tenho dúvida de que Michele fará um excelente trabalho pela juventude, mas também nessa perspectiva do serviço social e da assistência para avançarmos. Parabéns, mais uma vez, contem sempre conosco.

Agora, Edmundo quer que eu use os meus minutinhos para repetir alguns e-mails. Penso que poderíamos divulgar isso no *site* do deputado Yulo: www.yulo.com.br.

Muito obrigada. Parabéns e avancem na luta, porque é preciso, é necessário.
(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3497-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or. Adriana Nascimento

Homenagem aos assistentes sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido Adriana Nascimento que aqui representa o Conselho Regional do Serviço Social.

A Sr^a ADRIANA NASCIMENTO:- Acho pouco tempo para falar do que é o serviço social, é covardia, é despropósito. Acho que se juntarmos os minutos de todo mundo já conseguiríamos expressar esse orgulho de ser assistente social.

Martineli está trazendo assim: “Muito prazer, eu sou assistente social”. Gente, muito prazer, eu, Adriana Nascimento, sou assistente social, sou formada pela Universidade Católica há 20 anos, tenho muito orgulho disso, da nossa luta, da nossa profissão, do trabalho que realizamos na conquista de direitos sobretudo para a população usuária e beneficiária com que atuamos.

Agradeço ao deputado Yulo por convidar o Conselho Regional de Serviço Social. V.Ex^a tem sido um grande agente de transformação nos processos que envolvem a profissão. Agradeço, especialmente, a Valdomiro, o assistente social, que construiu esse caminho da nossa presença aqui na plenária.

Em relação ao serviço social, Elenir já falou, o conselho, a categoria, o conjunto SEF/CRESS nacionalmente discutem o serviço social na educação. Tivemos aqui em Salvador, em abril, o encontro regional para definir um pouco os conceitos como é o serviço social na educação. Precisamos nos inteirar e debater isso, até porque, precisamos discutir a concepção de educação que nós temos. A educação tanto pode transformar como pode conservar, conformar. É importante estarmos atentos para essa contradição.

Achei interessante Jéssica ter dito que precisamos ter claro que o serviço social não é o salvador da pátria na educação, mas irá somar, contribuir, colaborar para que essa educação de qualidade para todos seja efetivada.

Essa é uma proposição da nossa categoria, que vai discutir o conjunto, qual a concepção da educação e como se dá a inserção do assistente social na ação de educar dentro



das unidades escolares. Podemos pensar isso de forma bastante ampla, não só no que tange ao atendimento à assistência estudantil, propriamente dita, mas também fazendo parte do planejamento, da gestão do trabalho com os profissionais, nas unidades educacionais, com a relação com a comunidade e com a família.

Há uma gama de possibilidades, e a escola clama por ajuda, clama por colaboração, e nós, assistentes sociais, estamos dispostas a fazer essa discussão.

Esteremos, na próxima semana, reunidos, em Maceió, tentando finalizar essa discussão que aconteceu nas regionais. Logo após, divulgaremos essas contribuições.

Não poderia deixar de pontuar duas questões que vêm nos indignando. Primeiro, quero falar da luta pelas 30 horas. As 30 horas já foram aprovadas, cuja lei está em vigor, mas, infelizmente, em nosso país ainda somos cidadãos de papel. Temos as leis aprovadas, então, é importante o serviço social ser regulamentado no âmbito estadual e municipal. Mas, isso não vai finalizar a luta. Precisamos, depois, correr atrás para a sua efetivação.

Ontem comemoramos o dia nacional da luta pelas 30 horas, e continuamos correndo para que, sobretudo, no serviço público, nas contratações públicas, elas sejam observadas. Os companheiros que atuam no funcionalismo público estão ainda nessa luta para sua efetivação.

Gostaria de aproveitar a presença da secretária Mara; temos notícia de que sairá um Reda para os assistentes sociais, e temos de observar para que sejam 30 horas, a exemplo da Fundac. Parece que o edital já está circulando e tem uma previsão de 40 horas. Assim, gostaria de aproveitar essa oportunidade para reforçar a importância (palmas) das 30 horas nesse Reda para a assistência social. O Conselho Regional tem notificado todos os concursos públicos para corrigir essas 30 horas. Isso é uma coisa muito séria.

Por fim, faço um apelo aos deputados presentes em relação ao concurso da Sesab. Está havendo um movimento importante no sentido de absorver um número de profissionais que fizeram concurso da Sesab e foram classificados, cuja validade expira em agosto. Sabemos que os hospitais, as unidades de saúde precisam desse profissional. Estamos encampando essa luta para inclusão dessa chamada, que ainda é possível, e é, também, uma efetivação de direito.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Colegas, muito prazer. Sou assistente social. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3498-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or. Eni Bastos

Homenagem aos assistentes sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Obrigado, Adriana.

Convido a professora Eni Bastos, superintendente de acompanhamento e avaliação do sistema de educação da Secretaria de Educação do Estado, e representa, aqui, o secretário Barreto.

Registro a presença do CSU, de Santa Cruz; de Paulo César, militante do movimento social de Pau da Lima, que faz aniversário hoje. Parabéns.

A Sr^a ENI BASTOS:- Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do deputado Yulo, e cumprimentar todos os assistentes sociais que aqui estão, parabenizando-os pela passagem recente da data comemorativa do seu dia. Quero parabenizar a iniciativa do deputado Yulo Oiticica ao promover esta sessão especial.

Acredito que o debate, realmente, é muito importante. O assunto que nós estamos debatendo e discutindo é da maior relevância. Eu, como educadora e gestora na Secretaria da Educação, gostaria, nesta oportunidade, de colocar a nossa posição. A proposta de inserção do serviço social na educação só pode ser aplaudida. Nós temos a necessidade, é nosso sonho, é nossa utopia ter em cada escola um profissional da área de serviço social, um profissional da área de psicologia, um fonoaudiólogo, um profissional de saúde, enfim, uma série de profissionais de áreas diferentes que possam contribuir para melhorar e qualificar o ambiente escolar. Sem dúvida nenhuma, a Secretaria da Educação não poderia estar de fora dessa discussão, desse debate, não poderia deixar de apoiar a ideia.

Nós sabemos que a escola, hoje, tem que atender a demandas diversas. Por isso, precisamos qualificar esse ambiente, preparar a escola para enfrentar as novas necessidades da sociedade e da escola, geradas pela própria escola. Já foi dito aqui, a escola não é violenta em si mesma, mas os reflexos da violência estão na escola, porque ela é parte da sociedade. E nós temos de enfrentar esse problema! Os gestores, os professores ficam atônitos, sem saber



que encaminhamento dar aos problemas que são enfrentados no cotidiano, quais sejam a violência, as drogas e as dificuldades de relacionamento entre as pessoas.

Acredito que o profissional de serviço social pode fazer dentro da escola um diálogo qualificado entre os profissionais da escola e também um diálogo com a comunidade e com a família, que é tão necessário para a gente melhorar o funcionamento das nossas escolas.

A nossa realidade é muito dura, nós trabalhamos com 1.412 escolas e 700 anexos para atender os alunos, crianças e jovens que estão nas localidades mais remotas. É muito difícil atender a todos, garantir o ensino regular para todos e ampliar a educação profissional, que é um direito. Nós, de 2007 para cá, passamos de 4.500 vagas oferecidas na educação profissional para mais de 50 mil, e queremos ampliar ainda mais.

Precisamos cuidar da educação indígena, da educação quilombola e da educação especial. Enfim, essas são as nossas prioridades, e nós temos a obrigação de atender, e atender cada vez melhor. Cada vez melhor significa melhorar o ambiente e o funcionamento das escolas para que possamos garantir aos estudantes, de fato, o direito de aprender e a preparação para o exercício pleno da cidadania.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, professora Eni Bastos. Eu gostaria de dizer, professora Eni, inclusive Marcela lembrou-me aqui, que já há uma Nota Técnica da Secretaria da Educação favorável ao serviço social nas escolas. O que precisamos fazer é intensificar.

(Não foi revisto pela oradora.)

**3499-II****Ses. Esp. 31/05/12****Or. Mara Morais****Homenagem aos assistentes sociais.**

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Só para registrar, não é o assunto, mas é inevitável, permita-me um minuto, a Assembleia Legislativa da Bahia está entre os 9 estados que aprovou o piso salarial dos professores. O professor que ganha menos na Bahia ganha o piso, pouco mais de 1.600 reais. Os licenciados que ganham menos, ganham 1.060 reais e os que ganham mais, ganham até 10 mil reais. É claro que isso não significa dizer que a greve não é o que nós do PT apoiamos, a nossa posição em relação à greve continua sendo a mesma, é uma instituição extremamente importante que os trabalhadores devem lançar mão sempre que necessário.

Segundo, uma discussão em curso que havia entre representante da Secretaria de Educação e sindicalistas, que não é obviamente uma decisão até aqui colocada como de governo e muito menos de Assembleia Legislativa. Então a Assembleia Legislativa cumpriu o seu papel de aprovar o piso nacional, que é uma luta de décadas do PT que tem os salários nacionais. É o caso dos professores, dos delegados, médicos, dos policiais e queremos que aconteça o que aconteceu com os professores: um salário nacional.

Convido, para fazer uso da palavra, representando o governador do Estado, a secretária Mara Morais, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

A Sr^a MARA MORAIS:- Bom-dia a todos, trago um abraço carinhoso do nosso governador, a quem tenho a honra de representar, por estar envolvido neste momento que é prioritário, criar condições de convivência com a seca para os 243 municípios afetados por essa condição, os 2 milhões e 700 mil pessoas, objeto da ação da assistência social.

Ao andar do tempo, quero saudar essa Mesa rica em compromisso, em representação e militância, na pessoa do nosso deputado Yulo Oiticica, que considero um ícone na luta pela efetivação dos direitos humanos; os assistentes sociais na pessoa dessa entusiasta defensora, minha colega de trabalho, Aricelma; saudar a todos e parabenizar o deputado pela iniciativa e a todos os assistentes sociais aqui presentes pelo seu dia 15, por



este momento, mas sobretudo pela militância diária, iluminando, orientando com simplicidade e cuidado os que precisam da ação protetiva do Estado e da sociedade também.

Quero dizer para vocês que é esse trabalho cotidiano, árduo, exigente, às vezes sem as provisões necessárias que tornam vocês, senhores e senhoras, a pedra angular na construção de um Brasil sem miséria e cada vez mais produtor de riqueza, mas também de normas e padrões equânimes na distribuição dessa riqueza. Acredito que o que pauta o caminhar desse trabalho, primeiro é a existência de um contingente de pessoas excluídas de um conjunto de bens e serviços considerados pela sociedade como o mínimo social, ético necessário para que cada um exerça a cidadania.

A partir daí, a necessidade de adoção de medidas potencializadoras do acesso desse contingente a esse conjunto de bens e serviço, incorporando-o à rede de proteção e promoção social, num processo que conduza a uma formação cidadã, que dê acesso a cada um para que viva e tenha uma renda duradoura fruto do seu trabalho, na perspectiva da sua autonomia.

Então, se compreendemos que é isso que pauta o nosso caminhar e entendemos a educação como esse lugar/espço de ensino-aprendizagem para a formação, para o exercício da cidadania, para a inclusão no mundo do trabalho e para a vida social – e não podemos esquecer a contribuição do movimento da educação popular nos primeiros 5 anos da década de 60 –, se partimos do pressuposto de que é a assistência social que busca ofertar a retaguarda de bens e serviço que ativarão os mecanismos de proteção e promoção social no sentido de conduzir o processo emancipatório, ela também construirá mecanismos, pontes que ligam os sujeitos a esse conjunto de bens num processo de informar e motivar esses sujeitos para que desejem se incorporar e articular os diversos setores para que disponibilizem esse potencial necessário ao desenvolvimento.

Meu nobre deputado, quero parabenizá-lo por trazer esse debate a esta Casa, na qual o povo está representado e que tem a obrigação de fazer a devolução social do sonho, da expectativa que esse povo depositou em seus representantes.

Esse debate é rico, oportuno e necessário. É claro que falamos em trazer o debate para construir as metodologias que consigam dar concretude ao que vem pautando a nossa estrutura discursiva; muitos dos nossos estudos, que são transversalidade e a



intersetorialidade. Se entendemos que os instrumentos de produção e reprodução da pobreza, exclusão social, e desigualdade são multidimensionais; multicausais e multideterminados, a intersetorialidade e a transversalidade são a contraface dessa multidimensão.

É preciso mobilizar a todos, sendo necessário trazer a assistência social, a educação, a psicologia, a antropologia, a sociologia, todos esses que se disponibilizaram para estudar, compreender e viver o anteparo necessário para que cada um viva a sua dignidade enquanto fundamento humano.

Então, nessa direção, quero dizer que a Secretaria de Desenvolvimento Social é uma parceira, um espaço de articulação, tanto por ter em sua estrutura a Superintendência da Assistência Social, como por estar imbuída pelo governo em construir uma gestão que tem como macro-objetivo o desenvolvimento social com equidade.

Para este governo, o desenvolvimento é caracterizado como um projeto social adjacente, a direção que ele aponta para atender às necessidades da coletividade.

Portanto, nós estamos abertos para construir caminhos; pontes, e para construir o outro mundo possível e necessário, que é a missão de todos nós, deputado, com a nossa participação.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 31/05/12

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Obrigado, deputada Mara Moraes. Importantíssima parceira.

Como disse Marcela, temos tentado, por todas as vias, achamos que é fundamental, por convicção, pensar a transversalidade das políticas. É a lógica e a luta dos direitos humanos, a lógica da garantia dos direitos humanos, da garantia dos direitos sociais, é esse o viés que nós temos usado para fazer o debate.

Portanto, foi exatamente por isso que Marcela disse que, num primeiro momento, fomos à Secretaria da Educação, depois fomos à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, numa perspectiva de construir um projeto-piloto, Mara. A ideia, inclusive, seria o projeto-piloto em torno das comunidades onde há o pacto pela vida, onde foi instalada a companhia da polícia, exatamente para que a gente experimente. A ideia é essa, inclusive convencer o nosso gestor principal, o nosso governador Wagner, de que isso dá certo.

Há algumas experiências em vários Estados. Na Bahia, ainda não. Portanto, essa articulação entre secretarias, acho que o governador, quando pensou o Pacto pela Vida, deu um passo acertado, porque significa pensar segurança pública não só como uma política de polícia. É pensar segurança pública como garantia de direitos. Portanto, a polícia, a assistência social tem que subir, a educação e a saúde têm que subir o morro. Isso é fundamental, e o Pacto pela Vida, como eu disse, é um passo acertado por isso.

Sou representante da Assembleia Legislativa no Comitê do Pacto pela Vida, que é um comitê inter gestor, como coloquei. Lá nós temos não só a presença dos secretários, mas vocês não sabem, certamente. Mara sabe o que vou dizer: o governador do Estado senta com todos nós, ouve, critica, fala explica, ou seja, isso é inédito. Não é só um governador que sabe o que quer, é um governador que tem disposição de construir o que sabe que quer, isso é fundamental, é um puxar a responsabilidade para todos nós, responsabilidades diferentes, sim, cada um tem uma responsabilidade, sem dúvida, ele tem a responsabilidade maior. Como disse aqui Marcela, temos responsabilidade nesse processo. Bob Marley dizia que a



vida é para aqueles que topam qualquer parada, e não para aqueles que param na primeira topada.

Portanto, é exatamente isso. Estamos chamando a todos para no, *reggae* da vida, resistir e construir, enfim, o baile dos direitos humanos. É a isso que todos nós somos convidados. Portanto, este é o mês em que comemoramos, não só no dia 15, o dia de uma categoria que tem feito história neste País. Se é verdade que a assistência social chegou aqui pelas mãos generosas da Igreja, no início deste País, e é verdade, 500 anos depois ela se caracteriza cada vez mais como uma política regulamentada de Estado, e esse é o desafio que nós temos. Só é possível fazer com que as políticas se efetivem de fato como política de Estado se houver a participação do controle social, se houver mecanismos diretos de controle social.

Num debate no dia de ontem, um deputado dizia: “Mas Jesus disse 'faça por ti que eu te ajudarei'”. Como sempre faço quando alguém diz isso, perguntei onde está essa citação, e ninguém conhece onde Jesus disse isso. Mas Aristóteles disse, antes de Jesus Cristo, que a política só se constrói numa perspectiva da democracia se houver mecanismos de controle social. Portanto estou falando de Aristóteles, antes de Cristo. Então não estamos inventando a roda, nós estamos verdadeiramente tentando dizer que um outro mundo é possível através desses ensinamentos.

Parabéns a todas assistentes sociais. Parabéns àqueles que percebem que a causa, independentemente de ser ou não assistente social, que a causa do serviço social é, de fato, a possibilidade real de fazer com que aquela Constituição de 1988 deixe de ser belas letras, belas frases, belos textos. É fundamental que a Constituição de 1988 se efetive na vida de cada um. É exatamente por isso, Eleni, Marcela, que é bom que a possibilidade do pão não seja mais generosidade de alguns, mas seja o direito de todos que não têm como fruto do suor do seu trabalho, a possibilidade de tê-lo três vezes ao dia.

O sonho do presidente Lula, há dez anos, era exatamente esse, que todos pudessem comer três vezes ao dia. O sonho de todos nós é que a gente não tenha só comida, mas também tenha diversão e arte. E só a política pode nos dar a certeza de que pão, diversão e arte são direitos de todos.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, agradeço a participação de todos. Se nós fôssemos mesmo garantir direitos humanos, pagaria almoço de todos. Mas, infelizmente... (Risos)

Desejo um bom apetite a todos, um forte abraço e até à próxima. (Palmas)

Declaro encerrada a presente sessão especial.